
 **Tribunal de Justiça de São Paulo**  
Poder Judiciário

 **e-SAJ Portal de Serviços**

CAIXA POSTAL | CADASTRO | CONTATO | AJUDA

**MARCELO DOS SANTOS** (Sair)

> Bem-vindo > Consulta de Julgados de 1º Grau

MENU

## Consulta de Julgados de 1º Grau

### Orientações

- Para detalhes sobre cada campo de busca, selecione o campo específico



### Parâmetros de Consulta



**Pesquisa Livre** :



Pesquisar por sinônimos

**Tipo do número** :  Número do processo  Outros



**Número do processo** : 0129231-62.2009 826 0003

**Classe** :   

**Assunto** :   

**Magistrado** :   


**Data** :  até 31/01/2024 (dd/mm/aaaa)

**Vara** :   

**Ordenar por** :  Data decrescente  Data crescente

Resultados 1 a 1 de 1

1

- 1 - **0129231-62.2009.8.26.0003** 
- Classe:** Ação Penal - Procedimento Sumário  
**Assunto:** Crimes de Trânsito  
**Magistrado:** TANIA MAGALHAES AVELAR MOREIRA DA SILVEIRA  
**Comarca:** SÃO PAULO  
**Foro:** Foro Regional III - Jabaquara  
**Vara:** 1ª Vara Criminal

**Data de Disponibilização:** 15/08/2014

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO COMARCA de SÃO PAULO Foro Regional III - Jabaquara 1ª Vara Criminal Rua Joel Jorge de Melo nº 424, São Paulo - SP - cep 04228-080 0129231-62.2009.8.26.0003 - lauda SENTENÇA Processo Físico nº: 0129231-62.2009.8.26.0003 Classe - Assunto Ação Penal - Procedimento Sumário - Crimes de Trânsito Autor: Justiça Pública Réu: Gilberto Rogerio dos Santos Juiz(a) de Direito: Dr(a). Tânia Magalhães Avelar Moreira da Silveira Vistos. GILBERTO ROGERIO DOS SANTOS, qualificado nos autos, foi denunciado e processado como incurso no artigo 302, "caput", do Código de Trânsito Brasileiro, porque no dia 02 de outubro de 2009, por volta das 12h40min, no Complexo Viário Maria Maluf no. 01, Sacomã, nesta cidade e comarca, agindo com culpa na modalidade imprudência, na condução do caminhão de marca Volkswagen, modelo 24.250 CNC 6x2, cor branca, placas CZC-0537/Barra Bonita-SP, deu causa à colisão do referido veículo contra a motocicleta Honda CG-150 Titan Mixed, placas BPS-4329/São Caetano do Sul-SP, conduzida por Luiz Alberto Petrolí, resultando os fatos na morte da referida vítima. Consta que o réu conduzia o caminhão pela via pública e, ao derivar seu veículo para a faixa central da pista de rolamento à esquerda, deixou de observar o fluxo viário da via, interceptando a trajetória da motocicleta marca Honda, CG 150 Titan Mixed, conduzida pela vítima Luiz Alberto Petrolí, provocando assim a colisão entre os veículos descritos, causando a morte do ofendido. A denúncia foi precedida de inquérito policial e foi recebida em 16 de março de 2011 (fls. 75). O réu foi citado e apresentou defesa preliminar (fls. 140/146). No decorrer da instrução criminal, foram inquiridas uma testemunha da acusação e uma testemunha da defesa. O

### Termos mais frequentes

Nenhum termo relacionado

[Adicionar à pesquisa](#)

réu foi interrogado. Encerrada a instru o probatória, em debates orais, as partes apresentaram alega es finais. É o relatório. DECIDO. A a o penal merece ser julgada improcedente. De fato, a ocorrência do acidente automobilístico e o resultado da colisão entre o ônibus conduzido pelo réu e a motocicleta ocupada pela vítima foi demonstrado pelo laudo do local de fls. 21/32, bem como pelo laudo necroscópico de fls. 44/45 e pelo laudo complementar do local do acidente de fls. 65/67. Contudo, o conjunto probatório reunido nos autos deve ser reputado insuficiente para a demonstra o da culpa com que o réu teria agido na condu o de veículo automotor. O réu Gilberto Rogerio dos Santos afirmou que por ocasião dos fatos conduzia o caminhão descrito na denúncia pela faixa da direita e havia um outro caminhão quebrado estacionado na via e um carro da CET sinalizando para que os veículos que se aproximavam ingressassem na faixa central. O réu então, acionou a seta, sinalizando que ingressaria na via   esquerda e saiu normalmente para ingressar na via central. No momento em que já trafegava pela faixa central percebeu o caminhão "alavancando" e então parou o veículo, notando então que a vítima havia sido atingida e estava embaixo do caminhão. Não sabe declinar, contudo, como a vítima foi atingida, negando ter interceptado a trajetória do condutor da motocicleta. Esclareceu que trafegava normalmente a cerca de 20 km/h e que em contato com outras pessoas que pararam no local, nada ouviu acerca do que teria causado o acidente. Ora, a versão negativa da conduta culposa assumida pelo acusado não foi elidida de forma suficiente pela prova oral colhida. A testemunha da acusa o Amarildo da Silva narrou que estava em patrulhamento e foi acionado para atendimento da ocorrência do acidente automobilístico e a vítima estava sendo socorrida. Reconheceu como sendo sua a assinatura aposta no termo de depoimento e ratificou o informado na fase extrajudicial, não se recordando, contudo, de detalhes da versão apresentada pelo condutor acerca da dinâmica do acidente. O depoente José Joaquim de Araújo não presenciou o acidente automobilístico. afirmou ser cunhado da vítima Jardimilina e esclareceu ter sido acionado para comparecer ao Hospital para onde as vítimas foram socorridas, onde soube do falecimento do ofendido Antonio. Esclareceu nada saber acerca da dinâmica da colisão entre o ônibus e a motocicleta. A testemunha da defesa nada esclareceu acerca da dinâmica do acidente que ensejou a morte da vítima. Cabe salientar ainda a inexistência de qualquer testemunha presencial ou outro registro do momento do acidente que permita demonstrar com certeza a ado o de qualquer conduta culposa por parte do acusado. Note-se, portanto, não estar comprovada de forma suficiente a conduta culposa atribuída ao réu, pois, não há demonstra o de que o réu não tenha atentado para o fluxo de veículos na pista de rolamento e para a presença da motocicleta no momento em que ingressava na faixa central da pista, após ter sinalizado a manobra que realizaria. Destarte, ante a insuficiência probatória, tendo em vista a fragilidade e precariedade dos elementos de convic o, em especial diante da prova oral colhida, em cotejo com a prova técnica produzida, impõe-se a absolvi o do réu. Neste sentido, vale frisar: "O Direito Penal não opera com conjecturas ou probabilidades. Sem certeza total e plena da autoria e da culpabilidade, não pode o Juiz criminal proferir condena o." (Ac. un. 5  Câm., de 19.07.77, Ap. n  162.055, rel. Goulart Sobrinho, ref. Por Azevedo Franceschini, in "Jurisprudência Penal e Processual Penal, vol. 8, pg. 313). Cite-se também: "... ainda que plausível, em tese, a versão dada pela acusa o aos fatos, deve prevalecer a presun o de inocência que milita em favor do réu quando o Estado não prova, extreme de d vida, o fato criminoso imputado na a o penal." (Ac. un. 6  Câm., de 20.04.76, na Ap. n  126.465, rel. Geraldo Ferrari, obra acima referida, pg. 319). Ante o exposto e o mais que dos autos consta, julgo IMPROCEDENTE a presente a o penal e ABSOLVO GILBERTO ROGERIO DOS SANTOS, qualificado nos autos, da imputa o feita na denúncia, com fundamento no art. 386, inciso VII, do Código de Processo Penal. Certificado o trânsito em julgado, arquivem-se os autos com as formalidades legais. P.R.I.C. São Paulo, 15 de agosto de 2014. DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO   MARGEM DIREITA ==